

---

---

# A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS\*

Francisca de Lourdes dos Santos Leal  
Mestra em Educação da UFPI

## RESUMO

Neste texto, abordamos a situação da educação de jovens e adultos no Brasil, resgatando os aspectos teórico-metodológicos e as concepções de alfabetização de jovens e adultos que foram sendo construídas nos diversos momentos do processo histórico da educação brasileira.

Palavras Chave: Educação de Jovens e Adultos, Alfabetização, Prática Pedagógica

## ABSTRACT

In the text, is talked about the situation of young and adult education in Brasil, ransomming the teoríc-methodological aspects and the concepcions of young and adult literacy that was being building in diversés moments of the brasilian education historical process.

Key Words: Young and Adult Education, Literacy, Pedagogical Practice

---

---

Ao longo da história, a realidade educacional brasileira tem sido marcada pela problemática do fracasso escolar, atestada pelas estatísticas reveladoras de altos índices de evasão e repetência, sobretudo, nas séries iniciais. Os dados apresentados pelo Censo de 1999 mostram que no Brasil existem aproximadamente 18.716.730 jovens e adultos na condição de analfabetos. Como bem demonstram os dados estatísticos, há um elevado índice de analfabetos em todo o país.

O analfabetismo adulto é, sem dúvida, um dos graves problemas que o Brasil precisa enfrentar. Sabemos entretanto, que esta problemática surge num contexto mais amplo, ou seja, acompanha a história da educação como um todo que, por sua vez, está relacionada à história dos modelos econômicos e políticos dos grupos que estão no poder. Dessa forma, para melhor compreender a educação de jovens e adultos no Brasil, é necessário situá-la nesse contexto.

O trabalho ora apresentado é resultado de uma pesquisa bibliográfica e documental que tem como objetivo situar a educação de jovens e adultos no Brasil, resgatando os aspectos teórico-metodológicos e as concepções de alfabetização que foram construídas nos diversos períodos da história da educação brasileira.

A educação básica de adultos foi inserida na história da educação no Brasil a partir da década de 30, consolidando um sistema público de educação elementar no país. Desde as primeiras iniciativas dessa década, a alfabetização de adultos foi concebida como aquisição de um sistema de código alfabético, cujo objetivo era instrumentalizar a população para a leitura e para a escrita. A sociedade brasileira nesse período, passou por sólidas transformações, sendo a mais notável a concentração populacional em centros urbanos, devido ao processo de industrialização que o país enfrentava.

O governo federal, atendendo reivindicações de alguns segmentos sociais e até mesmo para perpetuar a política de industrialização, ampliou a oferta do ensino básico gratuito, estabelecendo diretrizes nacionais e definindo as competências nas instâncias federal, estadual e municipal.

Com o término da segunda guerra mundial, culminando com o fim da ditadura Vargas (1945), a Organização das Nações Unidas (ONU) recomendava uma política de maior integração mundial. Tal fato contribuiu para que a educação de adultos no Brasil, fosse incluída como preocupação geral juntamente com a educação elementar. Vale ressaltar que o governo apropriou-se desse momento para ampliar suas bases eleitorais e garantir sua sustenta-

---

\* Recebido: julho de 2003

\* Aceito: setembro de 2003

<sup>1</sup> Mestre em Educação e Professora do Departamento de Métodos e Técnicas do Ensino da UFPI.

ção política. Para isso, teve que integrar-se às massas populacionais de imigração e incrementar a produção.

Ainda na década de 40 (1947), o governo brasileiro lançou a campanha de Educação de Adultos que estava organizada em dois momentos distintos: primeiro, alfabetização prevista em três meses e o curso primário em sete meses; segundo, capacitação dos profissionais e o desenvolvimento comunitário. A princípio, o resultado dessa campanha foi significativo, pois conseguiu articular e ampliar o trabalho já existente e estendê-lo por todo o país, dando origem a várias escolas supletivas. As iniciativas e as ações desenvolvidas na educação de adultos nesse período, mostra uma prática semelhante às desenvolvidas com as crianças. Essa opção justifica-se pelo fato de muitos educadores defenderem o desenvolvimento de práticas que utilizam métodos, cartilhas e outros recursos adotados na alfabetização infantil.

O ensino supletivo ao depender das instalações, pessoal administrativo e docente do ensino primário, definiu-se como uma réplica do ensino infantil, conforme aponta Beisiegel:

... delegadas regionais, inspetores, diretores de escolas e professores levaram para as suas novas tarefas os velhos hábitos de trabalho e os conteúdos da ação educativa que desenvolviam no ensino primário. (BEISIEGEL, apud MOURA, 1999, p. 23).

As experiências desenvolvidas nesse período não trazem nenhuma mudança na forma de conceber a alfabetização e os alfabetizandos. De acordo com os fundamentos e metodologias do ensino supletivo, o adulto analfabeto era assim descrito:

... inadequadamente preparado para as atividades convenientes à vida adulta, ele tem que ser posto à margem como elemento sem significação nos empreendimentos comuns. Adulto-criança, como as crianças ele tem que viver num mundo de egocentrismo que não lhe permite ocupar os planos em que as decisões comuns tem que ser tomada. (PAIVA, apud RIBEIRO, 2001, p.21).

O jovem e adulto analfabeto são pessoas que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria, mas muitos deles já passaram por algum tipo educação formal. Essas pessoas atuam de alguma forma na sociedade, participando do processo de escolha de representantes políticos e ocupando um espaço na sociedade, o que desmistifica a idéia de que são incapazes e de que não podem participar e decidir o processo de transformação da sociedade.

A década de 50 foi marcada por certo desânimo com relação a campanha de educação de adultos. Algumas ações desenvolvidas nesse período não foram bem sucedidas, principalmente em zonas rurais, resultando na sua extinção antes do final da década. Entretanto, sobreviveu o ensino supletivo mantido pelos estados e municípios.

Com a extinção da campanha de Educação de Adultos, a década de 60 iniciou-se com momentos de reflexão e debate sobre o analfabetismo no Brasil. Esta campanha recebia críticas quanto ao caráter superficial do aprendizado devido ao curto período da alfabetização (03 meses), as inadequações do método para adultos e para as diferentes regiões do país. Essas críticas contribuíram para a construção de uma nova visão sobre o analfabetismo e para a consolidação de um novo paradigma pedagógico para a educação de adultos, cuja referência principal foi o educador Paulo Freire.

A pedagogia de Paulo Freire deu origem aos principais programas de alfabetização e educação popular que foram realizados no Brasil no início da década de 60. Esta proposta pedagógica foi adotada por vários grupos de educadores, destacando-se os que atuaram no MEB (Movimento de Educação de Base), ligado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil); nos CPCs (Centros de Cultura Popular), conduzidos pela UNE (União Nacional dos Estudantes) e nos Movimentos de Cultura Popular (MCPs). Ainda nessa década (60), o governo federal, atendendo reivindicações de educadores, instituiu o Plano Nacional de Alfabetização orientado por essa Pedagogia.

As contribuições trazidas por Freire no processo de educação de adultos possibilitava aos alfabetizadores trabalharem com temas geradores, utilizando o princípio da dialogicidade e politicidade, objetivando desenvolver nos alunos uma leitura crítica e consciente da realidade.

As idéias de Paulo Freire demarcaram uma evolução conceitual para a educação de adultos. Trata-se de uma proposta de educação conscientizadora que apresenta uma concepção crítica voltada para atender as necessidades reais das classes populares. Esta proposta defende como estratégia metodológica o diálogo e como ponto de chegada a conscientização e a intervenção no sentido de transformação da realidade.

O paradigma pedagógico construído nessa experiência fundamentava-se numa nova compreensão da relação entre as questões educacionais e

as questões sociais. O analfabetismo que antes era apresentado como causa da pobreza e marginalização passa a ser entendido como consequência da situação de pobreza gerada por uma estrutura social desigual. Dessa forma, era necessário a interferência do processo educacional na questão social. A relação entre alfabetização e educação deve ter como ponto de partida a análise crítica da realidade do educando.

Nesse sentido, destacamos a relevância da postura política do educador, ou seja, o conhecimento como resultante de uma construção social torna-se objeto político, cujas funções contemplam a apreensão da realidade e ação sobre a realidade e o objeto de conhecimento.

Após o golpe do regime militar de 1964, os programas de alfabetização de educação popular que haviam se expandido no período de 61 a 64 foram interrompidos, permanecendo apenas os que apresentavam caráter assistencialista e conservador e seus autores foram reprimidos por desacato à ordem. O governo assume o controle desses programas criando em 1967 o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). O ano de 1969 culminou com a Campanha massiva de alfabetização e a organização de comissões para a execução do trabalho.

A década de 70 caracterizou-se pela hegemonia da concepção instrumental de alfabetização, ou seja, as orientações pedagógicas e técnicas para a educação passaram a ser de responsabilidade de técnicos. Dessa forma, a proposta pedagógica das campanhas, projetos e programas é desenvolvida como forma de despolitização e como instrumento destinado a qualificação de mão-de-obra. A abordagem metodológica evidenciada está centrada nas exposições verbais e autoritárias preparando adultos capazes de escreverem algumas letras e palavras desprovidas de significados. Ainda na década de 70, registrou-se a expansão do MOBREAL por todo o país, apresentando diversas atuações e paralelamente, grupos dedicados à educação popular realizavam pequenas experiências de alfabetização de adultos com propostas mais críticas.

A história da educação e especificamente a história da alfabetização de adultos foi permeada pelos aspectos teórico-metodológicos da proposta construída por Freire para nortear o trabalho dos educadores, mas o que predominou até a década de 80 no Brasil nortear as propostas pedagógicas das campanhas, projetos e programas, foi a concepção

tradicional de alfabetização que prioriza o ensino e os métodos. Nessa concepção a alfabetização é entendida como uma prática de aquisição do código alfabético (rudimentos da leitura e da escrita), cujo papel do professor é meramente transmitir conteúdos e o aluno é considerado um receptor passivo, que apenas repete-os e memoriza-os.

Nesse sentido, Freire criticou a educação bancária que considerava o educando como ser passivo, que apenas recebia e acumulava os conhecimentos transmitidos pelo educador. Considerando o educando como sujeito de sua aprendizagem, ele propunha uma educação centrada no diálogo, na troca, na descoberta de si e do mundo e da consciência da dominação.

Meados dos anos 80 foram caracterizados como o momento de abertura política. As pequenas experiências que estavam sendo desenvolvidas na área da alfabetização foram se ampliando, abrindo espaços para a troca de experiência e para a reflexão. Foram implantadas turmas de pós-alfabetização com o objetivo de aprofundar os conhecimentos acerca da Língua escrita e das operações fundamentais e também foi concedida autonomia para alguns estados e municípios no sentido de permitir o redirecionamento dos programas de educação básica de adultos. Nessa mesma década, em 1985, por não haver mais credibilidade no campo educacional, o MOBREAL foi extinto e foi criada a Fundação Educar para dar apoio financeiro e técnico as suas ações desenvolvidas pelo governo.

Nesse período de reconstrução democrática houve avanço de muitas experiências na área de alfabetização. Um avanço importante foi a incorporação da visão de alfabetização como processo que exige um tempo de continuidade, de sedimentação, prevendo assim um tempo maior para a alfabetização a pós-alfabetização, possibilitando ao jovem e/ou adulto maior domínio da cultura letrada. Outro aspecto indicador da ampliação da concepção de alfabetização foi a inclusão da aprendizagem da matemática.

Entretanto, a análise das práticas evidencia dificuldades de operacionalização de princípios da ação educativa. Um princípio muito discutido entre os educadores de jovens e adultos é considerar a realidade do educando como ponto de partida do trabalho. No entanto, essa realidade é abordada em seus aspectos negativos (pobreza, sentimento, deficiências), perdendo a oportunidade de ampliar a visão de mundo dos educandos e educadores e igno-

rando a vinculação desses aspectos com a realidade social mais ampla, conforme aponta Soares (1986), quando destaca as explicações sobre o fracasso do aluno pautadas nas ideologias do dom, da deficiência cultural e da diferença cultural. Por essas vias de explicações, o fracasso escolar do aluno pobre deve-se ao fato dele não possuir certas habilidades (inteligência, aptidão), necessárias à aprendizagem (ideologia do dom) ou ser proveniente de ambiente cultural pobre e deficiente (deficiência cultural) ou numa terceira vertente, por sua cultura ser diferente da cultura veiculada pela escola (diferença cultural). Em todas elas as explicações para o fracasso escolar são creditadas no aluno, abstraído do contexto social.

No processo de alfabetização predominam os exercícios envolvendo montagem e desmontagem de palavras em sílabas, letras sobrepondo à construção de significados e o trabalho com a matemática limita-se ao exercício de memorização.

É ainda a partir de meados da década de 80, que surgem vários estudos e pesquisas sobre o aprendizado da língua escrita, fundamentadas na lingüística e na psicologia, que apresentam novas orientações sobre as práticas de alfabetização.

Estes estudos reforçam as críticas às cartilhas de alfabetização que apresentam palavras e frases isoladas, fora de contextos significativos que auxiliam sua compreensão e mostram que não é necessário nem recomendável ensinar a ler e a escrever a partir de uma língua artificial.

De acordo com esses estudos, a alfabetização é entendida como “apropriação de um sistema de representação da realidade: a linguagem escrita, cuja função é representar as diferenças entre significados” (BARBOSA, apud MOURA, 1999, p. 35). Essa concepção delimita o objeto de estudo da alfabetização e muda a idéia de aluno. Este é entendido como um sujeito ativo, reflexivo, capaz de construir hipóteses, interpretar e produzir suas formas de escrita.

A década de 90 não foi muito favorável no âmbito das políticas educacionais na área de alfabe-

tização. Nesse período extinguiu-se a Fundação Educar, abrindo-se lacunas em termos de políticas na área de educação de jovens e adultos. Embora alguns estados e municípios tenham se preocupado em oferecer programas na área, não conseguem atender a demanda. Portanto, a história da educação de jovens e adultos no Brasil chega à essa década, necessitando de reformulações pedagógicas.

A nova LDB (9394/96) afirma que “os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente a jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”.

Entendemos que “oportunidades educacionais apropriadas” compreende as práticas educativas desenvolvidas por profissionais qualificados e comprometidos com uma educação de qualidade. A educação é entendida como possibilidade de transformação da realidade e do indivíduo. Assim, a formação do professor precisa possibilitar seu desenvolvimento como pessoa, como profissional e como cidadão, pois, participar cooperativamente do trabalho e tomar decisões relacionadas a vida coletiva são aprendizagens fundamentais para que possamos assumir nossa prática social intervindo e transformando a realidade.

O estudo dos teóricos citados apontam contribuições para definição de práticas de alfabetização de adultos e representa uma ampliação do papel do alfabetizador, portanto, esse quadro que se apresenta na educação básica, apontando alarmantes índices de evasão e repetência na escola pública, exige, para sua transformação, vários investimentos, destacando dentre estes a formação de professores.

A nosso ver, a formação do educador deve ocupar um dos lugares centrais quando se pretende discutir as dificuldades apresentadas no processo de ensino e aprendizagem, pois a forma como os conteúdos são concebidos e abordados na escola repercutirá diretamente na aprendizagem dos alunos.

---

#### Bibliografia

- BARBOSA J. J. Alfabetização e leitura. São Paulo: Cortez, 1990. Coleção magistérios de 2º grau.
- BARRETO, J. C.; BARRETO V. A. A formação dos alfabetizadores. São Paulo, 1976. Educadores do grupo Vereda.
- BEISIEGEL, C. de R. Política e educação popular. São Paulo: Ática, 1989.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei N. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Instituto Paulo Freire. Educação de jovens e adultos. Experiência no MOVA SP. Elaborado por Moacir GADOTTI, 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado. Ministério da Educação. Educação de jovens e adultos. Parâmetros de Ação. Brasília, MEC, 1999.

DURANTE, M. Alfabetização de adultos: Leitura e Produção de Textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, P. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 1987.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. Política e educação. São Paulo: Cortez, 1985.

\_\_\_\_\_. Ação cultural para liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, série Ecumenismo e Humanismo, 1974.

\_\_\_\_\_. P., FREI BETO. Essa escola chamada vida. São Paulo: Ática, 1996.

LEAL, T.F. Ler para viver: alfabetização de jovens e adultos em discussão. Teresina, 1996.

MATÊCIO, M.L.M. Leitura, produção de textos e a escola. Campinas: Mercado de Letras, 1994.

MOURA, T. M. de M. A Prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky, Maceió, 1999.

PAIVA, V. A. Educação popular e educação de adultos. 2. ed. Rio de Janeiro: Loyola, 1983.